



## IMPLICAÇÕES CRÍTICAS DO ROMANCE HISTÓRICO

Fábio LUCAS

Estamos diante de um caso particular de figuracão de um herói nacional na ficção. Não se trata do primeiro caso, e certamente não será o último. O certo é que Magaly Trindade Gonçalves, Zélia Thomaz de Aquino e Zina Bellodi, experimentadas pesquisadoras, tomaram o Tiradentes transposto à narrativa literária, exercendo um balanço crítico das principais obras.

As autoras de **A figuração de Tirandes na ficção brasileira** (Araraquara/Jaboticabal, 2002) se apoderaram dos registros historiográficos e literários do principal agente da Inconfidência Mineira e realizaram um estudo metódico das transformações do mito em motivação do ato criador.

Mito? Tanto a História quanto a Literatura guardam este aspecto em comum: escrevem a história de um herói excepcional, tal como ficou gravado na memória coletiva. Realizam uma versão de cunho histórico e biográfico. Trata-se de um relato de episódios passados para uso dos presentes e possivelmente para a admiração da posteridade.

Ambos os registros arrimam-se, em larga escala, na mitografia, berço do herói. Com efeito, este, de gênero antropocêntrico, traz a consciência de domínio da realidade e de condução da história ou do destino pessoal, muito embora sujeito às artimanhas da fatalidade. A vida se desenha como um risco e, ao fim, como um batalha perdida, uma empresa inglória.

Não há meio de a História cobrir os vazios da informação a não ser valendo-se de hipóteses, conjeturas e, em certos casos, da administração interesseira das circunstâncias. Cada período histórico elege os seus heróis e, a longo prazo, os seus deuses. Os imaginosos tecem as versões mais adequadas ao grupo detentor dos meios mais abrangentes de informação. Cabe aos destinatários do enredo prolongar sua ressonância no labirinto da História. De modo geral, compete aos fervorosos, crédulos e ingênuos, mas também aos façanhudos e poderosos, o encargo de transmitir as figuras legendárias. Compõem a cadeia propulsora das formações ideológicas, de cunho tanto individual quanto coletivo.

O caso de Tiradentes é significativo. Quase tudo que se sabe sobre ele provém do seu processo de condenação: os Autos de Devassa. Réu do crime de inconfidência, foi-se transformando em símbolo da aspiração autonomista da nação. Os Autos, imperfeitos, ficaram como fonte de sua configuração, sempre à espera de novas achegas que complementem os seus dados.

A Inconfidência Mineira dispõe, em nossa História, de três relatos diferenciados: o contemporâneo, sacrificado pelo poder da censura e da repressão; o do século XIX, sob o influxo do governo Imperial, escrito em grande parte pelos áulicos ou pelos historiadores protegidos pelo regime. A simples suspeita de que se tratava de uma conspiração republicana foi bastante para ajustar parte dos estudos e das conclusões aos horizontes morais e políticos do período. A terceira versão cunhou-se no embalo da proclamação da República, que necessitou, para legitimar-se, de uma bandeira largada no passado. Essa bandeira foi a Inconfidência e o seu mártir por excelência, o Tiradentes.

Em termos da formulação de uma identidade brasileira, Tiradentes ganha efeito especial no contexto americano. O Brasil pode oferecer um exemplo singular aos demais povos que se livraram do jugo colonialista: a personagem-símbolo da luta pela libertação é um homem do povo, um alferes, vindo das camadas inferiores da hierarquia patrimonial (embora, no bojo dos Autos de Devassa, fosse ele, no sequestro dos bens, dos que aparecem com um patrimônio mais avantajado do que o de muitos outros conspiradores).

Ademais, Tiradentes, na figuração com que se projetou, sintetiza o perfil do **herói positivo**, pois não simboliza apenas a oposição tenaz ao governo dominador, mas principalmente o agente propositor de mudanças necessárias, superadoras do ambiente acanhado e mesquinho de seu tempo. Tal força prospectiva exemplifica o aspecto criador da Inconfidência, mais do que a mera insubmissão ao domínio externo. José Honório Rodrigues, na obra **Independência: Revolução e Contra-revolução** (Rio, Francisco Alves, 1975), revela como o processo de libertação do país foi inicialmente conduzido pelo grupo progressista, enquanto a sua consolidação se fez pelo grupo conservador e regressivo.

Mas o livro das três professoras não pretende perfilar uma tese historiográfica. Prefere, sim, acompanhar o modo como a Literatura incorporou a trajetória do nosso mártir da independência. O herói, assim, consubstancia uma representação narrativa, cultural, nutrida de aspecto historicista.

Assim, História e Literatura constituem um relato no fundo do qual repousam arquétipos e vagas reminiscências históricas. Ademais, como é próprio da ficção, há sempre a tentação de investigar a essência do ser humano e as contingências existenciais. E, mais longe ainda, se divisa o grande problema da disputa do poder, quer na esfera do Estado, quer no campo do amor.

O herói da ficção, inspirado na figura histórica, vira um modelo conspícuo de conduta perante as adversidades. É pintado com as tintas da transcendência, como demonstração da sua capacidade sobreumana. Assume o vulto de uma divindade. Desafia a tirania do tempo e as ciladas do mundo assustador.

Conforme assinala Magaly Trindade Gonçalves, no relato de base histórica muitas vezes a fábula devora a comprovação fática, sendo substituída por uma figuração que se ajusta aos ideais heróicos necessários à vida comunitária. De acordo com a sua exposição, “Há fatos na vida da figura histórica, geralmente não os mais significativos, que não temos como comprovar. Numa obra ficcional, entretanto, eles podem ser estritamente necessários para a integração da personagem.”

Na leitura que as autoras fazem das obras inspiradas no herói da Inconfidência, o destaque fica para **Naquele Natal** (Geral do França de Lima), **Eu, Tiradentes** (Paschoal Motta) e **Joaquina, filha de -Tiradentes** (Maria José de Queiroz), considerados “os três romances superiores” entre os demais. Especial referência cabe também a **Boca de Chafariz** de Rui Mourão.

O objetivo do trabalho, portanto, visou a uma avaliação literária antes de tudo, embora confessem as autoras terem-se utilizado da perspectiva antropológica para bem compreender o fenômeno. A principal fonte, no caso, foram os textos de Mircea Eliade. O objetivo, pois, seria mostrar como a ficção ajudou a plasmar o mito do herói. Os contributos da versão historiográfica foram ambivalentes, pois não faltaram autores que se dispuseram a esvaziar o mito, reduzindo o episódio histórico a uma invenção sem sentido.

As alegações são múltiplas. O revisionismo historiográfico nada na contracorrente, e chega a apostar na tese inversa. Segundo consta, o termo “república” é polissêmico. Na ocasião, poderia significar muitas coisas. Daí, o enunciado de Carla Maria Junho Anastasia: “Na época das devassas, os termos republicano, jacobino e maçom significavam a mesma coisa.” E a conclusão de seu trabalho atira água fria na fervura da Inconfidência: “A Forma, final da sentença deveria ter efeito atemorizador nos povos da capitania, colocando fim, de uma vez por todas, nas idéias de república. É bem provável que o termo república, signifique nos autos o equivalente à autonomia, ao rompimento com Portugal e, se assim não fosse, como seria se, segundo um profundo conhecedor do movimento de 1789 em Minas, a maioria dos inconfidentes era monarquista e sequer Tiradentes era republicano?” (debate sobre “O Imaginário Republicano no Século XVIII e Tiradentes” de Francisco José Calazans Falcon, em **Tiradentes hoje: Imaginário e Política na República Brasileira**, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994, p. 149).

O autor debatido pela Professora Carla Maria Junho Anastasia, Francisco José Calazans Falcon, em dado momento, ao tentar fixar o conceito de “república” para os Inconfidentes indaga: “Estariam pensando talvez nas ‘repúblicas’ realmente existentes então ou mencionavam

‘república’ como quem proclame um princípio político oposto e hostil ao da monarquia absoluta de direito divino?” (ob.cit., p.131).

Como se vê, nas duas intervenções mais se questiona do que responde. O Professor Falcon, que se resguarda com o argumento de faltarem “dados para que possamos ser mais conclusivos”, aventa a seguinte hipótese: “Avançando mais um pouco nessa mesma direção, ficamos a imaginar se ‘república’ não poderia ser então uma forma bastante óbvia para os inconfindentes como indicadora da criação de um novo país, o qual, surgido de uma ruptura com a metrópole monárquica, não noderia ter senão a forma republicana, pois, convenhamos, teria sido impensável naquelas circunstâncias, substituir uma monarquia por outra monarquia.” (ob. cit., p. 131).

Ora, no terreno das conjecturas, tão fluido, floresceu a idéia de que o Visconde de Barbacena estivesse envolvido no plano da independência do Brasil, mediante uma monarquia constitucional, na qual seria o principal regente. Diante da oposição dos outros conspiradores, republicanos, teria abandonado a trama. Com a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, adiantou-se na devassa, à revelia do Vice-Rei, Luís de Vasconcellos e Sousa, a fim de livrar-se de suspeitas. A morte de Cláudio Manuel da Costa teria sido uma queima de arquivo, já que, no primeiro interrogatório, o poeta se destemperara na acusação dos companheiros. Portanto, em segunda inquirição, poderia envolvê-lo e, quem sabe?, o contratador João Rodrigues de Macedo. Agiu em conivência com o escrivão José Caetano César Manitti, corregedor da Comarca de Sabará, na morte do poeta.

O fato é que o regime republicano implantado em 1889 apogeu-se, para sua legitimação, ao mártir longínquo, Tiradentes. E emudeceu-se quanto ao mártir mais presente, Antônio Conselheiro, cuja evocação lhe era inteiramente inconveniente.

No acórdão de 18 de abril de 1792, que acolheu a denúncia dos acusados, lê-se, por parte dos Ministros que o prolataram: “Mostra-se que entre os chefes e cabeças da conjuração, o primeiro que suscitou as

idéias republicanas foi o réu José Joaquim da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes.” Mais adiante: “mostra-se que este abominável réu ideou a forma da bandeira que devia ter a república (...)”

Teria o termo “república”, nas letras do Acórdão, as variações semânticas de alguns dos intérpretes?

Na controvertida matéria acerca do mito de Tiradentes, ocorre-nos os depoimentos do Frei Raimundo de Penaforte, que minudencia as várias leituras das sentenças, com o insano masoquismo das autoridades em ocultar por longa temporada a Carta Real da Rainha, e o depoimento do Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro, Guardião do Convento de Santo Antônio, cheio de elogios à Soberana e de reverências ao absolutismo. Em ambas as “memórias”, acodem o mesmo pasmo diante da situação e o mesmo espanto pela grandiosidade pessoal de Tiradentes.

Do primeiro se tiram, após o relato da denegação de todos os agravos interpostos pelo advogado dos réus, as palavras de José Joaquim: “Que agora morreria cheio de prazer, pois não levava após si tantos infelizes a que contaminara. Que isto mesmo intentara ele, nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira, que fizessem dele só, a vítima da lei.”

Do segundo destaca-se a transcrição da voz do condenado à morte: “Desejaria ter mais dez vidas, e poder dá-las por todos eles. Se Deus me ouvira, eu só morreria, não eles.”

Outras definições da grandeza extrema de Tiradentes atravessam os documentos dos religiosos que acompanharam os últimos passos da diligência processual e da execução da sentença. Bastam as breves menções acima para firmar o conceito do mártir, suporte necessário à formação do mito do herói sobreumano e à sua propagação na consciência nacional.

O certo é que as autoras de **A figuração de Tiradentes na ficção brasileira**, palmilhando as sugestões da mitografia no curso da História, trouxeram indispensável contribuição ao estudo da mitografia literária tecida ao longo dos fatos históricos.

A criação literária, por princípio, se afasta da comprovação histórica, pois, por natureza, emprega-se na gestação de um discurso imaginário. No romance histórico, apropria-se do mito já existente e se aprofunda no seu conteúdo, reforçando-o ou conferindo-lhe um grau de literariedade, ainda que sob o formato de texto de opinião. O que Magaly, Zélia e Zina fizeram foi submeter as prosas de ficção sobre Tiradentes a um escrutínio crítico, no que se saíram admiravelmente bem.

